

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CBH PIRAPONEMA

1 Ao quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta
2 minutos (9:30), deu-se início a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias do
3 Rio Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4 – CBH Piraponema, realizada por
4 videoconferência pela plataforma *Zoom*, acesso pelo link:
5 <https://us02web.zoom.us/j/89862005202>. Participaram os seguintes
6 representantes do Comitê **TITULARES**: o Presidente do órgão colegiado, **SILVIO**
7 **SILVESTRE BARCZSZ** do Centro Universitário de Maringá - Unicesumar; **MARIA**
8 **ANTÔNIA BARROS FREIRE SILVA** do Instituto Água e Terra – IAT; **PEDRO**
9 **FUENTES DIAS** da Associação Brasileira de PCHs e CGHs - ABRAPCH;
10 **ANDRÉA BIALETZKI** da Universidade Estadual de Maringá – UEM Nupélia;
11 **VITOR ALÉCIO SEVILHA GORZONI, THAISA CAROLINA FERREIRA WAISS** da
12 Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; **MAIRA JULIANA FELIX DE**
13 **SOUZA TREVISAN** – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do
14 Paraná – CISPARG; **MARTA LUZIA DE SOUZA** da Universidade Estadual de
15 Maringá – UEM; **FABIO EDUARDO DE SOUZA ZAMPIERI** - Usina Santa
16 Terezinha; **FELIPE JOSÉ MATHEUS DE CASTRO** – Cooperativa Agropecuária e
17 Industrial COCARI; **NATALIA CAVALINI PAGANINI** - Coop. Agropecuária e
18 Industrial COCAMAR; **THAIS KAWAMOTO AMARÃES** - Faculdade Metropolitana
19 de Maringá (UNIFAMMA). **ULISSES CANDIDO DA SILVA JUNIOR** - Usina Alto
20 Alegre; **PAULO SERGIO FARIA MUNHÓS** - Usina Central do Paraná;
21 **ALEXANDRE MARTIN MARTINES** – Vancouros; **SUPLENTE**: **LARISSA**
22 **BOTURA DA SILVA** da Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva; **LUIZ CARLOS**
23 **JACOVASSI** da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPARG; **ANGELICA**
24 **BATISTA NOGUEIRA** Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED-
25 PR; **MARCELO MINIKOWSKI** da Usina Central do Paraná; **HERMAM VARGAS**
26 **SILVA** da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; **NAYARA**
27 **BIAZUS MANGOLIN** do Instituto Água e Terra – Regional de Maringá; **LAURO**

28 **KUCHPIL** do Grupo Ambientalista Interdisciplinar de Apucarana – GAIA; **ALDRY**
29 **ADRIANA SPLENDOR da** Coca-Cola FEMSA; **ANDRÉ DE FINIS** da Secretaria de
30 Estado da Agricultura e do Abastecimento; **MARIA DE LOS ANGELES PEREZ**
31 **LIZAMA** do Centro Universitário de Maringá – Unicesumar ; **JOSETE DE FÁTIMA**
32 **DE SÁ** - da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; **JANETE DUARTE**
33 **ROGOSKI** - Instituto Rotary de Meio Ambiente; Sergio Bobig – Prefeitura Municipal
34 de Apucarana; **CÉLIO CESAR REIS** - Usina Alto Alegre. Ao todo participaram 15
35 (quinze) representantes titulares e 14 (quatorze) representantes suplentes. Ainda
36 estiveram presentes: **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO** e **NATALY TASCA** do
37 Instituto Água e Terra, Secretaria Executiva; **Convidados: CRISTHIANE MICHIKO**
38 **PASSOS OKAWA** - Universidade Estadual de Maringá; **DANIELE MARA**
39 **FERREIRA** - Simepar - Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do
40 Paraná; **TIAGO BACOVIS** – Instituto Água e Terra. Lucineide pediu que todos
41 abrissem suas câmeras durante a reunião para validação e elaboração de relatórios
42 anuais, passando a palavra ao presidente do comitê, Silvio. **1** E Lucineide Informou
43 que havia o quórum e a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo no
44 YouTube e solicitou que os participantes mantivessem as câmeras ligadas para
45 validação. Ela então passou a palavra ao presidente do comitê, onde Silvio
46 agradeceu a presença de todos, destacando a importância do quórum para discutir
47 temas cruciais, como as condições das bacias dos rios Pirapó e Paranapanema 3
48 e 4. Ele então convidou Vitor, segundo vice-presidente, para fazer suas
49 considerações iniciais. Vitor agradeceu aos membros e salientou a relevância da
50 pauta sobre a resolução da SEDEST, especialmente diante da seca que afetava o
51 Brasil e o Paraná, e das medidas que o comitê precisaria avaliar. Em seguida, Silvio
52 passou a palavra ao diretor de eventos, Alexandre que descreveu sua experiência
53 recente em outras regiões do Brasil, como Cuiabá e Rondônia, onde as queimadas
54 e a seca tornavam o ar quase irrespirável. Ele reforçou a importância da reunião
55 para deliberar sobre o enfrentamento dessa situação crítica. Lucineide voltou fez
56 as considerações iniciais para os transcórrer da plenária. Silvio, então, introduziu a
57 pauta, mencionando que a Universidade Estadual de Maringá apresentaria
58 resultados de pesquisas pertinentes pela presença da convidada a Sra. Cristhiane
59 Okawa, e solicitou através de votação a inclusão essa apresentação, que foi
60 aprovada por unanimidade. **2** Após o Silvio detalhou os temas principais: a análise
61 da Resolução SEDEST nº 42/2024, que estabelece diretrizes para a emergência

62 hídrica no Paraná. Ele explicou que o comitê deveria deliberar sobre a adesão ou
63 rejeição do artigo 2 dessa resolução, que define os critérios para a gestão da crise
64 hídrica, e passou a palavra para a Sra. Daniele Ferreira, da Simepar, para expor
65 dados técnicos sobre a seca e os critérios propostos pela SEDEST, seguida por
66 Thiago, da mesma instituição, e representantes da UEM para complementar com
67 análises acadêmicas. A Danieli, pesquisadora da área de hidrologia do Simepar,
68 apresentou um resumo da situação hidro meteorológica do Paraná, com destaque
69 para a evolução das chuvas nos últimos seis meses, de março a agosto. Observou-
70 se anomalias de precipitação, especialmente com déficits no norte do estado e, em
71 menor medida, na região do Iguaçu. Em setembro, as anomalias negativas
72 continuaram, e a baixa precipitação impactou as bacias menores. Ela apresentou
73 o Índice Padronizado de Precipitação e o Monitor de Secas da Agência Nacional
74 de Águas, que confirmaram o impacto mais severo no norte do Paraná. A análise
75 das vazões mostrou uma redução de bacias em condição normal, de 75% em
76 março para 54% em agosto, indicando a gravidade da situação de estiagem. As
77 previsões indicaram a possibilidade de retorno de chuvas em outubro,
78 especialmente na segunda quinzena, com melhora gradual nos próximos meses,
79 mas ainda com temperaturas acima da média. Thiago, em seguida, explicou o
80 artigo 7º da resolução SEDEST Nº 42/2024, que altera o coeficiente de vazão
81 máxima outorgada para até 80% da Q95, visando garantir os usos hídricos
82 existentes sem novas outorgas. Também mencionou o artigo 8º, que trata de
83 restrições para usos não prioritários em situações de escassez, exemplificando com
84 a bacia do rio Miringuava. Vitor, representante da Sanepar, relatou a situação crítica
85 dos mananciais da região, destacando a menor vazão histórica do Rio Pirapó e a
86 dificuldade nas captações de afluentes. Após o Tiago informou que, apesar de
87 algumas chuvas recentes, as Bacias do baixo Tibagi, do Piquiri, das Cinzas, Itararé,
88 Pirapó e Paranapanema 4 ainda enfrentam estado crítico, enquanto a bacia do
89 Paranapanema 3 não estava em condição crítica. Silvio questionou a porcentagem
90 de restrição de vazão necessária, mencionando que o rio Pirapó estava próximo ao
91 limite de alerta, na linha de 100% da vazão Q95. Thiago explicou que a vazão de
92 referência para o Rio Pirapó estava em um ponto crítico, coincidindo com 100% da
93 vazão Q95. Em seguida, Silvio convidou a professora Cristhiane para apresentar
94 uma análise feita para ilustrar a restrição de vazão. A Sra. Cristhiane, convidada
95 na reunião, explicou que, segundo seus dados, o Rio Pirapó tinha uma vazão

96 reduzida de cerca de 10 m³/s em períodos de seca, contrastando com a média de
97 40 m³/s em períodos mais úmidos. Ela destacou que a proposta de outorga,
98 aumentando para 80% da Q95, manteria os usos atuais mesmo com menor
99 disponibilidade hídrica, o que levantava questões sobre a sustentabilidade do uso.
100 A professora questionou o critério de outorga, argumentando que em situações de
101 baixa vazão, deveria haver restrição, não aumento das outorgas, e sugeriu que o
102 critério fosse repensado. Ela também indagou sobre o impacto da medida nos
103 novos usuários, perguntando se as outorgas seriam temporariamente suspensas.
104 Por fim, defendeu que qualquer alteração nas outorgas deveria ser embasada em
105 estudos aprofundados, enfatizando que o abastecimento público deveria ser
106 prioritário conforme a lei de 1997. Ela lembrou o caso de 2014 em São Paulo,
107 onde a Justiça priorizou o abastecimento humano em detrimento de outros usos
108 em momentos de escassez hídrica. Finalizando, sugeriu um estudo coordenado
109 pelos comitês e universidades para tratar do problema de escassez hídrica de
110 forma abrangente e duradoura. Silvio agradeceu a participação e deu sequência à
111 reunião, chamando a bióloga Andréa Bialetzki expôs que havia um equívoco na
112 elaboração do processo por ignorar a dimensão ecossistêmica. Ela destacou que,
113 embora existam séries históricas para monitoramento hidrológico, faltam dados
114 contínuos de monitoramento biológico, o que impede decisões embasadas em
115 relação às espécies afetadas pela redução da vazão dos rios. Andréa também
116 mencionou a necessidade de dados confiáveis para respaldar decisões e citou o
117 Programa Nacional de Segurança Hídrica, sugerindo que o Paraná adote algo
118 similar, e que da falta deste item no plano de bacia. Falou sobre a vazão ecológica,
119 que considera o ambiente em vez de focar unicamente em dados hidrológicos,
120 como a Q95. Além disso, frisou que os serviços ecossistêmicos, essenciais para
121 qualidade da água e controle de pragas, são prejudicados pela escassez de água
122 e mudanças ambientais. Silvio agradeceu a Andréa e informou que o manifesto
123 contrário à resolução proposto pela Nupélia seria compartilhado com todos os
124 membros do comitê. Em seguida, Tiago corrigiu uma informação anterior sobre a
125 vazão Q95 e destacou que as vazões do Rio Pirapó e outros rios estão abaixo do
126 limite de alerta. Também sugeriu que os relatórios de monitoramento sejam
127 regularmente socializados para acompanhamento semanal. O Pedro Dias
128 defendeu a necessidade de reservatórios de usos múltiplos no Paraná, ressaltando
129 que, embora possam causar impactos ambientais, são fundamentais para garantir

130 um abastecimento contínuo e evitar a extinção de espécies em rios secos. Propôs
131 que a criação de pequenos reservatórios seja discutida e destacou que seu setor
132 apoia a preservação da quantidade e qualidade de água. Finalizou reafirmando seu
133 voto contrário à retirada excessiva de água dos rios. Hermam ressaltou a
134 importância da água subterrânea como recurso estratégico, que abasteceu a
135 população em momentos de emergência hídrica, e criticou a gestão atual, que, em
136 sua opinião, não é baseada em dados técnicos e monitoramento científico. Ele
137 questionou a responsabilidade e capacidade técnica dos municípios para gerenciar
138 perfurações de poços, enfatizando a ausência de uma política estadual para
139 perfuração e monitoramento adequado. As associações profissionais pediram
140 espaço para debater essas questões, frisando a necessidade de uma visão
141 holística do ciclo hidrológico. Silvio, presidente do comitê, comentou que a
142 discussão do dia focava no artigo 2º da resolução, que propunha a alteração do
143 coeficiente de vazão máxima em corpos hídricos estaduais. Ele informou que o
144 comitê recebera uma carta das associações de geólogos, que expressaram
145 preocupações similares às de Herman sobre a gestão de águas subterrâneas.
146 Marta enfatizou que o sistema hídrico é integrado e que o monitoramento
147 insuficiente de águas superficiais e subterrâneas é uma questão crítica. Ela
148 mencionou previsões climáticas recentes, que indicavam um panorama mais
149 favorável, e destacou a importância de revisar os planos com dados atualizados.
150 Tiago, mencionou que o estado está instalando estações de monitoramento e
151 planeja implementar um plano de segurança hídrica de longo prazo. Ele também
152 informou que um grupo de trabalho para gestão de águas subterrâneas está sendo
153 formado para responder às demandas de entidades profissionais. Maria de Los
154 Angeles apoiou a visão de uma gestão integrada dos recursos hídricos e reforçou
155 a necessidade de considerar os impactos ecológicos. Ela também mencionou a
156 importância da recuperação de matas ciliares. Silvio declarou-se contrário à
157 resolução, alegando que a captação excessiva compromete o estado crítico dos
158 corpos hídricos. Ele destacou a necessidade de conscientização da população
159 sobre a crise hídrica e relatou incidentes de uso inadequado de água para
160 atividades não essenciais, como terraplanagem. A reunião prosseguiu com a leitura
161 da minuta, que deliberava a aprovação ou rejeição do artigo 2º da resolução. Pedro
162 Dias sugeriu adicionar essa ressalva ao artigo 2 da inclusão de pontos de captação
163 e uso de água para consumo humano e dessedentação animal, e mencionou a

164 necessidade de um plano estadual de segurança hídrica para enfrentar secas e
165 cheias. Silvio concordou em registrar a prioridade do uso da água e implementar
166 uma recomendação formal para que o estado comunique a população sobre a
167 situação emergencial dos corpos hídricos, incluindo os Rios Pirapó e Paraná 3, em
168 situação crítica. E foi iniciado processo de votação ao aceite ou rejeição do artigo
169 2ª da Resolução SEDEST nº 42/2024, onde os representantes do comitê rejeitaram
170 o artigo. O resultado final foi de 12 votos contra e 10 a favor, sendo computados os
171 seguintes votos: votos de Aceite: Nayara Biazus Mangolin; Angélica Batista
172 Nogueira; Vitor Alécio Sevilha Gorzoni; Luiz Carlos Jacovassi; Thaisa Carolina
173 Ferreira Waiss; Felipe José Matheus de Castro; Natalia Cavalini Paganini; Paulo
174 Sergio Faria Munhós; Alexandre Martin Martines; Hermam Vargas Silva. Votos dos
175 que rejeitam: Maria Antônia Barros Freire Silva; Andre Finis; Sergio Bobig; Maira
176 Juliana Felix de Souza Trevisan; Ulisses Candido da Silva Junior; Pedro Luiz
177 Fuentes Dias; Janete Duarte Rogoski; Lauro Kuchpil; Marta Luzia de Souza; Andréa
178 Bialezki; Silvio Silvestre Barczsz; Thais Kawamoto Amarães. Por fim A sra. Andréa
179 questionou a ausência dos representantes do setor público – prefeituras o pleno,
180 onde a secretaria executiva relatou seu esforço em contatar membros ausentes,
181 especialmente representantes do setor público que têm faltado às reuniões, e que
182 notificações são enviadas respeitando as normas contidas no regimento interno.
183 Pedro sugeriu que os prefeitos recém-eleitos sejam orientados sobre a importância
184 dos recursos hídricos. Silvio propôs incluir esse tópico na próxima reunião, para
185 enviar uma carta de notificação às prefeituras e associações de prefeitos, com o
186 apoio do Ministério Público. **3 ENCERRAMENTO** Silvio agradeceu a participação
187 dos presentes e tiraram uma foto em grupo para documentar a reunião e divulgar
188 o assunto tratado. Vencida a pauta, Silvio encerrou a reunião, agradecendo a
189 participação de todos e mencionando Da qual eu Nataly Tasca, foi lavrada a
190 presente ata. Link de acesso: <https://youtube.com/live/yU3IZiMVV-A?feature=share>


191

192

Silvio Silvestre Barczsz

193

Presidente do CBH Piraponema

Documento assinado digitalmente
 SILVIO SILVESTRE BARCZSZ
Data: 11/12/2024 11:34:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

baciapiraponema@iat.pr.gov.br

www.iat.pr.gov.br